

Abrasce acha semana

RAZILIENSE

DF-Comercio

Brasília, quarta-feira, 1 de novembro de 1989 15

inglesa um retrocesso

A aprovação do projeto do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), que pretende implantar o regime de semana inglesa para o comércio de Brasília representaria um retrocesso de 40 anos para o setor, além de resultar na demissão de um terço dos empregados do comércio, especialmente nos shopping centers, que trabalham com dois ou até três turnos, sempre respeitando a atual legislação federal que estabelece o regime de 44 horas semanais de trabalho. A advertência foi feita ontem pelo presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), empresário José Isaac Peres.

"O malsinado projeto quer instituir a semana inglesa — que, diga-se de passagem, já foi abolida na Inglaterra há mais de 50 anos — sem considerar que isto colocaria Brasília no mesmo nível das mais longínquas cidades do interior do Brasil, onde este regime ainda é adotado. Em todas as capitais brasileiras, o comércio funciona normalmente, em turnos alternados, até as 22h durante a semana e até as 20h aos sábados".

Peres explica que, nessas cidades, este horário resultou da maior conveniência da população, por acordos e decisões de Câmaras e prefeituras municipais, que compreenderam que, para os funcionários do comércio é muito mais produtivo trabalhar nos horários de pico, isto é, de maior movimento, justamente aqueles em que a população ativa deixa o trabalho em seus escritórios, fábricas etc.

Segundo o presidente da Abrasce, todos sabem que o movimento comercial é maior no horário da noite, entre 18 e 22h, ou sábados das 12 às 20h, chegando a representar 25 por cento do total de vendas no mês. "Além do grave prejuízo ao comércio de Brasília, a aprovação deste projeto estaria condenando a atividade a um regime de horário que já não funciona mais, quando é sabido que, hoje, homens e mulheres trabalham e mal dispõem de tempo para realizar as suas compras".

Não se trata, na opinião do empresário, de uma discussão ideológica, mas simplesmente prática, racional. "Nos países avançados, ou mesmo em alguns do bloco socialista, o comércio funciona livremente, até mesmo aos domingos", ressalta José Isaac Peres, depois de reiterar que a proposta também não tem como objetivo beneficiar ao comerciante, que continuaria trabalhando igual número de horas.

"O que demagogicamente pre-

tende com este projeto o senador Maurício Corrêa é criar a ilusão de que estaria protegendo uma classe de trabalhadores, o que é uma afirmação inteiramente falsa, pois, ao contrário, além de estar condenando ao desemprego milhares de pessoas, os comerciantes que permanecessem trabalhando continuariam a não ter qualquer redução na sua jornada de trabalho. Lamentável é que o senador tem consciência do prejuízo que causaria, mas insiste na medida com fins eleitoreiros, imaginando com isso conquistar a classe comerciária".

Nem isso, segundo o presidente da Abrasce, será resultado do projeto da semana inglesa. "O senador engana-se porque os comerciantes têm o grosso de sua remuneração em razão do movimento de vendas, sobre o qual percebe comissão. Privar a população de comprar nos poucos horários disponíveis, em que não está ocupada com seu trabalho representa reduzir substancialmente o ganho desses mesmos comerciantes, sem falar na demissão de cerca de 30 mil em-

pregados do setor, que hoje trabalham em regime de turnos alternados".

José Isaac Peres disse que tentou várias vezes, junto à comissão que elabora o projeto, "e conforme assegura a própria Constituição", se fazer representar para debater amplamente a matéria. "Parece que a democracia é privilégio dos interesses dos próprios políticos", queixa-se o presidente da Abrasce. Por isso ele considera importante alertar a opinião pública do DF sobre "propostas de caráter aparentemente benéfico e que, na realidade, nada mais têm como objetivo final senão enganar o eleitor que, em última análise, é o próprio consumidor".

Mas o empresário, depois de considerar "lamentável" que um senador da República queira colocar Brasília ao nível de uma cidade interiorana, fazendo-a voltar a um passado arcaico e retrógrado, amparado em leis ultrapassadas há mais de 40 anos, tem a esperança de que o projeto não será aprovado.

Entre flores, a rainha condena

A vitrinista Cláudia Valéria do Amaral Silveira, da C&A, eleita comerciária do ano, foi homenageada em almoço no Carlton Hotel pelo Clube de Diretores Lojistas, numa comemoração ao dia do comerciante. Além de um cartão de prata, ela recebeu cerca de 20 presentes doados por diversas lojas comerciais do DF e duas passagens aérea ida-e-volta (nacional) da Varig. O secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Orlando Gertrudes, esteve presente, formando a mesa de honra ao lado do presidente do CDL, Sérgio Luiz Vióti. Várias autoridades do comércio estiveram presentes.

Vióti destacou a importância da criação, em 1985 do título comerciária do ano. Nos anos anteriores, foram contemplados funcionários das lojas Sears e da Brasal. "O objetivo é promover a funcionária que mais se destacou no comércio durante o ano", afirmou o presidente do CDL. Ele explicou que a escolha foi feita por um corpo de jurados formado por sete pessoas.

Cláudia tem 21 anos, nasceu no Rio de Janeiro, é solteira e está na C&A há 2 anos e 9 meses. Cursa o último ano de Administração e em 1987 foi eleita a garota C&A. Tem cursos que vão desde a prevenção de incêndios até o de decoração de lojas e merchandising. Fala inglês, é caetiquista e pratica aeróbica. Um ramallete de flores foi entregue

à homenageada que, num discurso rápido teve que conter o choro, apesar de algumas lágrimas correrem pelo rosto.

"A C&A sempre investiu nos seus funcionários. Aproveito para agradecer a escolha e a possibilidade que a loja vem dispensando", disse ela, concluindo: "estou muito feliz e grata ao CDL". O presidente do CDL, Sérgio Vióti em seu discurso de improviso criticou o projeto de lei do senador Maurício Corrêa (PDT) que prevê a implantação da semana inglesa no DF. "Isto é mal para os comerciantes. Mal para os empresários e muito mal para os trabalhadores", classificou ele.

Ele prevê que a aprovação do projeto provocará um esvaziamento na arrecadação de impostos por parte do Governo. "Concorrente na eleição para o Governo do DF, o senador se coloca na contramão no afã de se eleger. Este projeto abre confronto com o governador Roriz que, se aprovado, terá que vetá-lo", afirmou.

Estiveram presentes à reunião-almoço, Valdir Lapoll, gerente-geral da Varig; Lindbergue Cury, do conselho superior do CDL; Joel Campanatti, superintendente do ParkShopping; Júlio César Macedo, da C&A; Nei Carneiro, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, além de outras autoridades.